



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

## O TERRITÓRIO ENQUANTO CATEGORIA ESPACIAL NAS PESQUISAS EM ENSINO DE GEOGRAFIA: RESULTADOS DE UM ESTADO DA ARTE

### *THE SPACE CATEGORY OF PLACE IN RESEARCH IN TEACHING GEOGRAPHY: FINDINGS FROM A LITERATURE REVIEW*

(Recebido em 15-02-2022; Aceito em: 05-10-2023)

**Ricardo Lopes Fonseca**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina, Brasil

Professor Adjunto, Universidade Estadual de Londrina (UEL) – Londrina, Brasil

[ricardolopesfonseca@hotmail.com](mailto:ricardolopesfonseca@hotmail.com)

#### **Resumo**

Neste texto é apresentado o Estado da Arte das pesquisas, em ensino de Geografia, que abordaram a categoria espacial de território, a partir da análise dos artigos publicados em periódicos nacionais, considerando toda a série histórica disponível de forma on-line até o ano de 2016. O objetivo é investigar a série histórica destas publicações possibilitando inferir acerca das perspectivas e das tendências das pesquisas, no ensino de Geografia, que versaram a respeito do território. Foram localizados 1.458 artigos, sendo 35 destes referentes ao território, em 187 periódicos avaliados na área de Geografia, considerando-se o Qualis Capes dos periódicos quadriênio 2013-2016. Os resultados estão discutidos em dois momentos, o primeiro como um perfil quantitativo e o segundo a partir do tratamento qualitativo, por meio do método de Análise de Conteúdo, de Bardin (1977). Por fim, por ser considerada uma atividade árdua e complexa, o Estado da Arte desenvolve uma ação bastante criteriosa e reflexiva.

**Palavras-chave:** Território; Pesquisa; Estado da Arte; Ensino de Geografia; Epistemologia.

#### **Abstract**

*This article presents the State of the Art of research in Geography teaching that addressed the spatial category of territory, based on the analysis of articles published in national journals, considering the entire historical series available online up to the year 2016. The objective is to investigate the historical series of these publications, making it possible to infer about the perspectives and trends of research, in the teaching of Geography, which dealt with the territory. A total of 1,458 articles were located, 35 of which referring to the territory, in 187 journals evaluated in the area of Geography, considering the Qualis Capes of the periodicals 2013-2016. The results are discussed in two moments, the first as a quantitative profile and the second from the qualitative treatment, through the method of Content Analysis, by Bardin (1977). Finally, as it is considered an arduous and complex activity, the State of the Art develops a very careful and reflective action.*

**Key words:** place; research; literature review, teaching Geography; epistemology.

#### **Introdução**

Considerado como um dos conceitos mais relevantes dentro da ciência geográfica, o território, juntamente com região, paisagem, lugar e espaço, é avaliado como uma categoria importantíssima para a definição de muitas formas de ocupação e transformação do espaço geográfico, seu funcionamento e apropriação, facilitando grandemente para a formulação das conexões de poder presentes nas sociedades, legitimando sua grandeza em muitas oportunidades, assim como seu desenvolvimento e inovação.

O desenvolvimento deste estudo pode representar uma incorporação ou até mesmo um alerta acerca das abordagens voltadas ao território, sem, contudo, considerá-las como sendo as melhores ou exigir que tenham uma característica permanente, pois, como se sabe, os conhecimentos jamais cessarão. No entendimento de Deleuze e Guatarri (1991, p. 13), “os conceitos não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam”.

Entende-se assim que os conhecimentos estão sempre em atividade, adaptam-se e sobrepõem-se entre si, reorganizando seus perfis. Decorrem, de maneira sequencial, da harmonização, redução e superposição de outros saberes, demonstrando assim, delineamentos irregulares, propiciados por seus componentes (DELEUZE; GUATARRI, 1991).

As explanações abordadas a seguir buscam colocar luz quanto aos conceitos e abordagens referentes à categoria espacial de território para o leitor, advertindo-o para, em suas elaborações conceituais, não se envolver em controvérsias inúteis. A composição tem seu princípio em alguns quesitos que facilitam para que haja a aproximação, mesmo que de forma simples, com o significado nuclear daquele que é visto como um entendimento essencial da Geografia.

Não é intenção minar as possibilidades de reconhecimento do território, nem expor todas as explicações que já lhe foram outorgadas, mas propiciar uma rápida apresentação direcionada à ideia de território, num primeiro momento e, posteriormente, direcionar como o território, enquanto categoria espacial, tem sido discutido em pesquisas acerca do ensino de Geografia.

Faz-se possível afirmar que principalmente para o geógrafo, reaver os conhecimentos elementares da disciplina, no caso o território, representa uma atribuição cotidiana, tão imprescindível quanto reler os renomados autores empenhados no estudo do tema territorial.

Possuindo caráter bibliográfico, como são conhecidas, as pesquisas do tipo “Estado da Arte” (EAR), costumeiramente são reconhecidas por uma perspectiva trivial: mapear e reconhecer a produção acadêmica em meio aos mais diferentes espaços do conhecimento, ao longo de um determinado recorte temporal.

Assim sendo, esta pesquisa se justifica, quanto à realização deste EAr, pela possibilidade em realizar um estudo com aportes metodológicos previamente estabelecidos, cujas características se despontam criatividade e ações minuciosas do pesquisador em relação à produção acadêmica e científica acerca da temática de ensino de Geografia, nesta pesquisa voltada para a categoria espacial de lugar, “[...] à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado” (FERREIRA, 2002, p. 258).

O recorte temporal adotado para este artigo compreende toda a série histórica disponível, de forma on-line, da produção de artigos científicos em ensino de Geografia, que inicia em 1957 e se estende até o ano de 2016, por considerar que este foi o ano de fechamento do último quadriênio de avaliação do QualisCapes dos periódicos, divulgado oficialmente.

O objetivo desta pesquisa foi de investigar acerca das publicações a respeito da categoria espacial de território voltada para o ensino de Geografia. Para se alcançar tal objetivo foi necessário organizar este artigo de modo que se apresentam nas seções seguintes: corpo teórico, procedimentos metodológicos, resultados e considerações finais.

### **Considerações conceituais acerca da categoria espacial de território**

Entre os autores consultados, o renomado professor de geografia humana, Claude Raffestin (1993), é um dos autores pioneiros na abordagem do território. Sua obra merece ser destacada em razão da característica política do território, assim como o seu entendimento relacionado ao conceito de espaço geográfico, já que o considera como substrato, um palco, precedendo ao território. De conformidade com a compreensão desse autor,

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Incluso na concepção defendida por esse estudioso, o território é especialmente explorado por meio de um destaque político-administrativo, ou seja, como o território nacional, espaço físico no qual se encontra uma nação; um local onde se assinala uma ordem jurídica e política; um espaço mensurado e destacado em razão do trabalho humano com suas delimitações, divisas e fronteiras.

Ainda de conformidade com esse autor, quando um espaço é ocupado, de modo abstrato ou concreto, o ator territorializa o espaço. Por esse entendimento, pode-se considerar o território como sendo

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de

todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Conforme avaliação de Raffestin (1993), a criação do território demonstra conexões assinaladas pelo poder. Sendo assim, é importante reconhecer uma classe primordialmente necessária para o entendimento do território, que é o comando atribuído a pessoas ou coletividades sem as quais não é possível estabelecer o território. Mesmo reconhecendo a independência de cada um, espaço e poder devem ser focalizados de modo conjunto, visando à estruturação do conceito de território. Dessa forma, o poder deve ser reconhecido como relacional, já que se encontra inserido em todas as conexões sociais

Manuel Correia de Andrade (1995) presta sua contribuição ao emitir uma avaliação da questão que remete ao território em nosso país, reproduzindo o conhecimento de território por meio de uma aproximação especialmente política e econômica de apropriação do espaço. Assim como Raffestin, Andrade defende que a consideração de poder representa uma ação corriqueira na avaliação do território ao se expressar nesses termos:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

Diante do exposto até aqui, é possível afirmar que o território pode ser reconhecido como o controle administrativo, fiscal, jurídico, político, econômico, efetivo, do espaço ou de uma determinada região.

Em sua obra de 1995, Andrade estabelece uma distinção entre território e espaço, indicando que o território remete à ideia de integração nacional, de uma superfície ocupada, povoada, envolvendo produção, comércio, transporte e até mesmo fiscalização.

Faz-se importante destacar que as relações capitalistas, de fato, estão no território. O espaço, mais abrangente que o território, consegue englobar as áreas não territorializadas, ou seja, que ainda não sofreram as alterações provocadas pelo homem. Dessa forma, é uma superfície demarcada, não apenas geograficamente, mas também administrativamente, em razão de suas fronteiras.

Vinculada à noção de território aparece o vocábulo territorialidade, que de acordo com explanação do autor

Pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado [...] A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE, 1995, p. 20).

Relativamente à territorialização, essa representa a forma como se dá a materialização do território assim como a ponderação das pessoas, a especialização de um determinado segmento da sociedade, como no caso da produção econômica de certo produto.

O geógrafo Milton Santos contribuiu de maneira efetiva para a edificação do conhecimento de território em diversas de suas obras, todas de grande relevância para a Geografia brasileira.

Santos (2002) questiona a importância de se estudar o território, já que acima de tudo, estimula o leitor para raciocinar ampla e significativamente referente à grandeza da compreensão de território, já que para ele, é na fundamentação territorial que tudo acontece, até mesmo as produções e reproduções mundiais, interferindo de forma positiva no espaço territorial.

De conformidade com a compreensão de Santos (1985), a duração do período da história é que estabelece a organização do território, isto é, como será o território e suas disposições econômicas, políticas e sociais. O autor consegue distinguir o espaço como flexionável, a começar por seus componentes quantitativos e qualitativos, principiando por uma avaliação histórica:

O que nos interessa é o fato de que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo. (SANTOS, 1985, p. 09).

Em estudo de 1996, Santos emite um alerta para não se misturar o espaço com território. Em sua obra denominada *Metamorfose do Espaço Habitado*, o autor designa território como reprodução territorial, entendendo-o como o todo. Com relação ao espaço, é possível considerá-lo como a real totalidade, equiparado à matrimônio entre a configuração territorial, paisagem e a sociedade. O autor lembra ainda que:

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (SANTOS, 1996, p. 77).

Os espaços diversificados, as espacialidades específicas, das conexões envolvendo o espaço, a sociedade e a natureza. Dessa forma, o território conseguirá assumir espacialidades próprias, de acordo com a mobilização da sociedade em suas diversas características: sociais, econômicas, políticas, culturais e ainda outras.

Santos (2002) argumenta também que a criação do território transpõe o espaço e sua própria forma, sendo desenvolvida conforme as práticas atualizadas e empregadas no mesmo. O território pode também ser diferenciado em decorrência da energia dispendida pelas estratégias exploradas, assim como pela distinção tecnológica das práticas, já que os espaços se apresentam de modo heterogêneo.

De acordo com o pensamento de Santos (2002a), o território reproduz-se pelos métodos, procedimentos, recursos de produção, pelos propósitos, pela harmonia territorial e ainda em decorrência do próprio espaço.

Demonstrando todo o seu conhecimento do assunto, o autor aprofunda ainda mais e consegue apresentar suas proposições e objetivos em meio às pretensões humanas. Santos e Silveira (2003, p. 19) emitem uma explanação sobre a categoria território como sendo “[...] um nome político para o espaço de um país”.

Santos, Souza e Silveira (2002) procuram apresentar uma leitura múltipla de território, sendo essa de muita importância para o território. Por essa razão, o autor insere mais um tópico em suas avaliações: afirma que o trabalho representa um dos elementos mais consistentes para a formulação do território. Vê-se assim, que o autor explora os diferentes perfis do capital, estimulando os exploradores do tema a se aperfeiçoarem no universo do trabalho e a desenvolverem uma efetiva percepção do território. Ele considera como urgente a realização de discussões teóricas sobre as asperezas, as periodizações, as estratégias, o território, o afeto, e a lida, sempre na busca da harmonia da coletividade, do espaço e das noções que constroem e preservam um território.

Com referência à abordagem desenvolvida por Marcelo Lopes de Souza (2001) acerca do território, a mesma pode ser considerada como política e de forma simultânea também cultural, já que o autor consegue observar nas grandes cidades, coletividades que criam conexões de poder, construindo territórios na luta em prol das diferenças culturais.

Souza (2001) lembra que o território representa uma área estabelecida e demarcada, principiada pelas ligações de poder, já que o poder não se restringe ao Estado, nem pode ser envolvido por conflitos e dominação. Por esse entendimento, a percepção de território deve agregar mais que o território do Estado-Nação.

De acordo com afirmações do autor, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN”. (SOUZA, 2001, p. 11).

Ao reavaliar a formulação de território, o autor indica o conhecimento de território autônomo como uma opção de desenvolvimento, considerando que a autonomia compõe a sustentação do desenvolvimento, sendo este visto como o procedimento de autoinstituição da sociedade na direção de maior independência e menor desigualdade. O autor considera ainda que:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2001, p. 106).

Ainda de conformidade com o pensamento desse autor, “em qualquer circunstância, o território encarna a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. (SOUZA, 2001, p. 108). Esse território, contudo, não deveria ser ideologizado com um poder concentrador como Estado-Nação, mas sim independente, com pessoas possuidoras de autonomia para ponderar suas escolhas e capacidades, criando um espaço socialmente igualitário.

Dessa forma, de acordo com a opinião de Marcelo Lopes de Souza, o território deve ser assimilado por meio de diferentes aspectos e atribuições. Apesar de priorizar as mudanças estabelecidas pelo poder em relação ao território, esse estudioso ressalta a persistência de diversos territórios, especialmente nas grandes cidades, como território da prostituição, do narcotráfico, dos homossexuais, das gangues e situações possíveis, temporárias ou definitivas.

Por uma avaliação do território e seus diferentes cenários, Rogério Haesbaert emite uma classificação pela qual é possível observar a incidência de três correntes essenciais: 1ª – *jurídico-política*, e de acordo com essa, “o território é visto como um espaço delimitado e controlado, sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2ª – *cultural*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e /ou identidade social sobre o espaço”; 3ª – *econômica*, essa “destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT *apud* SPOSITO, 2004, p. 18).

Apreciando o cenário mundial apresentado atualmente repleto de obscuridades e procedimentos, quase sempre supressivos, como a expoente globalização e o fracionamento verificado a um grau micro ou local, amparando a globalização, Haesbaert (2002) percebe uma multiterritorialidade agrupada em três componentes, sendo os mesmos: territórios-zona, territórios-rede e aglomerados de exclusão.

Ainda de acordo com esse estudioso, nos territórios-zona domina a lógica política; nos territórios-rede prepondera a fundamentação econômica e nos aglomerados de exclusão prevalece uma razão social de exclusão sócio-econômica das pessoas. Haesbaert (1997) explora a questão que envolve o conhecimento de território sob o enfoque cultural, quando aborda a (des)territorialização e a identidade percebida na rede gaúcha no Nordeste.

Faz-se preciso ressaltar, entretanto, que

[...] esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais, ou seja, compõem efetivamente uma territorialidade ou uma espacialidade complexa, somente apreendida através da justaposição dessas três noções ou da construção de conceitos “híbridos” como o território-rede. (HAESBAERT, 2002, p. 38).



Corroborando com o pensamento de Claude Raffestin, o entendimento de poder representa uma abordagem constante nas argumentações ligadas ao território e defendidas por Marcos Aurélio Saquet, quando afirma que:

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado -Nação. (SAQUET *apud* CANDIOTTO, 2004, p. 81).

Saquet (2003) promove uma recuperação das distintas interpretações voltadas ao conhecimento de território, tendo em conta as três tendências citadas por Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural), como sendo de grande relevância para o desenvolvimento das conexões necessariamente adequadas.

Apesar de reconhecer a grandeza representada por essas conexões, o autor explora essa temática em *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins*, valorizando as características econômicas e políticas, e de maneira simultânea, propiciando uma conexão com a tendência cultural.

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais. (SAQUET, 2003, p.28).

Faz-se importante reforçar que acima das correntes econômicas, políticas e culturais, Saquet reconhece e valoriza a tendência da natureza, pois a mesma faz parte do próprio território. Pode se assegurar que a natureza está no território, sendo dele parte inseparável.

Por fim, o aprimoramento voltado à ideia de território expõe as divergências e contrapontos que persistem em meio às distintas categorias presentes nos territórios. Desta forma, o território é construído de acordo com as proposições emitidas por quem o constrói.

### **Procedimentos metodológicos**

Este artigo surge da necessidade de aprofundamento decorrente de uma pesquisa anteriormente pelo autor. Os procedimentos que levaram aos resultados obtidos seguiram algumas fases, a seguir:

**1ª fase:** no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do banco de dados do Qualis Periódicos, foram realizadas algumas seleções de itens para filtrar a busca por uma lista de periódicos a serem considerados para a coleta dos dados, tais como: a) Evento de Classificação – quadriênio 2013-2016 e b) Área de Avaliação – Geografia. Desta busca foi



gerado pelo próprio sistema da CAPES um arquivo com a listagem completa de todos os periódicos aplicados a estes dois parâmetros de buscas. Essa fase foi realizada no dia 26 de janeiro de 2017;

**2ª fase:** foram considerados apenas periódicos nacionais e que tivessem uma versão on-line, neste sentido, aqueles que apareceram em duplicidade ou que possuísem apenas a versão impressa foram descartados. Deste modo, chegou-se ao número total de 801 periódicos;

**3ª fase:** ao longo de todo o ano de 2017 foram realizadas buscas de artigos com temáticas na área de ensino de Geografia. Para essa coleta foram considerados todas as edições que estivessem disponíveis nas plataformas on-line destes periódicos até o ano de 2016, de modo que fosse possível padronizar a busca por esses trabalhos e por ser o último ano do quadriênio 2013-2016, com avaliação oficial divulgada pela CAPES. As estatísticas a este respeito estão apresentadas na seção dos resultados deste manuscrito;

**4ª fase:** no decorrer de todo o ano de 2018 foram classificados todos os artigos que tratavam de ensino de Geografia;

**5ª fase:** produção e divulgação de um artigo síntese contendo as informações gerais acerca das fases até aquele momento realizadas;

**6ª fase:** no decorrer do ano de 2020, com o objetivo de aprofundar este tipo de pesquisa, foi realizado o processo de categorização dos resultados, com base nos pressupostos da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Para a realização desta fase, este pesquisador selecionou as categorias e as UR de acordo com as informações mencionadas nos resumos de cada artigo; salvo algumas situações específicas foram necessárias leituras de todo o artigo, fosse pela falta de um resumo, fosse pela falta de clareza nas informações presentes neles. Desta forma, os dados foram classificados em categorias e UR e, na sequência, realizado o metatexto.

Durante a realização interpretativa das informações é importante preservar a atenção nos sinalizadores teóricos reunidos à investigação, já que os mesmos propiciam segurança, além das chances necessárias ao estudo a ser reproduzido. A conexão que reúne os dados angariados e a fundamentação teórica certamente darão a importância devida à interpretação.

De acordo com o pensamento de Bardin (1977, p. 135):

*C'est l'unité de signification à coder. Elle correspond au segment de contenu à considérer comme unité de base en vue de La catégorisation et Du comptage fréquentiel. L'unité d'enregistrement peut être de nature et de taille très variables. Une certaine ambiguïté règne quant aux critères de distinction des unités d'enregistrement.<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> "É a unidade de significação a ser codificada. Corresponde ao conteúdo considerado como unidade básica para a categorização e contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e dimensão muito variáveis. Certa ambiguidade rege os critérios de distinção de unidades de registro" (Tradução nossa).

Ao término dessa fase foi possível idealizar e confeccionar o metatexto. Com o desenvolvimento desse novo ingrediente, foi possível dar início a uma série de explicações e apreciações nas quais não se admitem argumentações imprecisas nas conexões difundidas entre as categorias e suas UR. Entende-se assim que o metatexto agrega a percepção do pesquisador acerca dos significados e significantes perceptíveis em cada categoria e UR.

O metatexto representa uma técnica apresentada pelo pesquisador Moraes, em seu estudo de 2003, se propondo a analisar a argumentação contida nos objetos/instrumentos. Por essa acepção, esta prática facilita o desenvolvimento qualitativo do tratamento dos resultados juntamente com a AC, defendida por Bardin.

Conforme explicação de Moraes (2003, p. 202), o metatexto “[...] constitui um conjunto de argumentos descritivo-interpretativos capazes de expressar a compreensão atingida pelo pesquisador em relação ao fenômeno pesquisado, sempre a partir do *corpus* de análise”.

Deste modo, é interessante destacar também que a classificação relativa às informações inclusas no metatexto não depende apenas da validade e confiabilidade da análise reproduzida, mas, principalmente, da prática assumida pelo pesquisador como verdadeiro autor de suas interpretações. Sendo assim, é possível afirmar que a apreciação presente neste estudo está direcionada à produção do referido metatexto.

## Resultados

Neste primeiro momento os dados apresentados possuem uma característica quantitativa, com o objetivo de se apresentar um panorama numérico das publicações acerca da categoria espacial de território no ensino de Geografia. Num segundo momento é apresentada uma análise qualitativa dos dados obtidos.

Ao todo foram 35 artigos publicados na temática desta pesquisa, de um total de 1.458 artigos publicados em ensino de Geografia e que estejam disponíveis no *site* de cada periódico, até o ano de 2016. No Quadro 1 é possível verificar as palavras-chave dos artigos e a quantidade de incidência. Foram considerados para esse quadro apenas as palavras-chave que apareceram em duas ou mais publicações. Dos 35 artigos um não possui a informação das palavras-chave.

**Quadro 1:** Lista de palavras-chave com maior incidência.

PALAVRAS-CHAVES	QUANTIDADE
Território	17
Luta	7
Ensino de Geografia	6
Geografia Escolar	5
Geografia	5

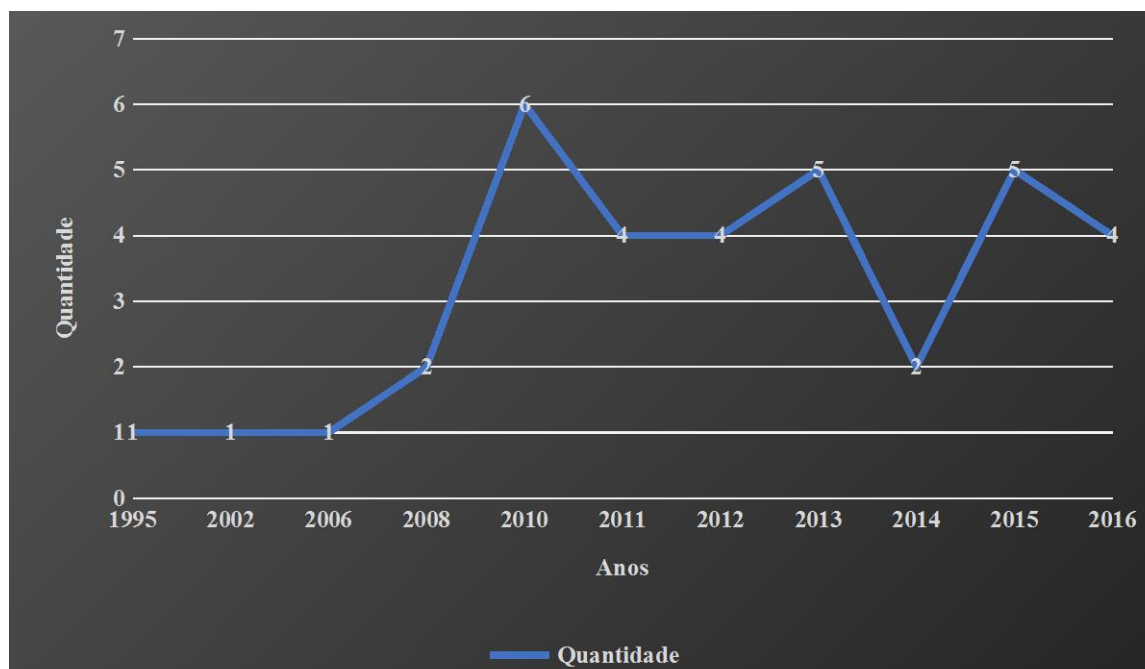
Educação do Campo	4
Educação Geográfica	4
Didática da Geografia	3
Educação	3
Cidadania	2
Ensino	2
Escola	2
Espaço	2
Fronteira	2
Paisagem	2

Fonte: O autor (2020).

Considerando-se a Figura 1, pode-se observar a quantidade de artigos que abordaram a categoria espacial de território ao longo dos anos.

Ao se considerar que o artigo disponível no *site* de algum periódico que trata a respeito do ensino de Geografia remete ao ano de 1957, intitulado “Papel e valor do ensino da geografia e de sua pesquisa”, de autoria de Pierre Monbeig e publicado no Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, foram mais de 30 anos até a disponibilização de algum artigo acerca do território com discussão voltada para a educação geográfica.

**Figura 1:** Anos das publicações das pesquisas.



Fonte: O autor (2020).

O quadro 2 mostra o QualisCapes de cada periódico e foram consideradas a última avaliação oficial, publicada no site da CAPES (2013-2016) e a versão preliminar (2019).

**Quadro 2:** QualisCapes dos periódicos.

PERIÓDICOS	QUANT.	QUALIS 2013-2016	QUALIS 2019 Preliminar <sup>2</sup>
Revista de Ensino de Geografia	5	B4	B2
Boletim Paulista de Geografia	4	B3	B2
Geografia Ensino & Pesquisa	3	B2	Não informado
Revista Bras. de Educação em Geografia	3	B2	A2
Geosul	2	B1	A2
Ateliê Geográfico	1	A2	A2
Ateliê Geográfico	1	A2	A2
Boletim Campineiro de Geografia	1	B3	B1
Boletim Gaúcho de Geografia	1	B1	A4
Boletim GEPEP	1	B5	Não informado
Cerrados	1	B5	Não informado
Geografia (Rio Claro)	1	B2	B3
Geografia em Questão	1	B2	B2
Geograficidade	1	B2	B1
Geingá	1	B5	B2
GeoUsp	1	A1	A2
Giramundo	1	B5	B1
Okara	1	B2	Não Informado
Revista Brasileira de Cartografia	1	A2	B2
Revista do Departamento de Geografia	1	A2	A4
Revista Geográfica da América Central	1	B3	C
Revista Movimentação	1	B5	C
Revista NERA	1	A2	A2

Fonte: O autor (2020).

Os dados até aqui apresentados mostram apenas um panorama quantitativo. A partir deste momento o autor desta pesquisa apresenta a análise qualitativa dos dados encontrados à luz do método de Análise de Conteúdo, de Bardin (1977).

**Quadro 3:** Categoria 1

<b>Categoria: Processos de Ensino e de Aprendizagem (60%)</b>		
A respeito dessa categoria, Souza (2007, p. 111) explica que “recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino-aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos”. Desta forma, é importante mencionar que os recursos didáticos-pedagógicos compõem uma gama de elementos e técnicas pedagógicas que são agregadas como sustentação experimental na realização das aulas e nos processos de ensino e de aprendizagem, enfatizando que os mesmos são usados como possibilidades de estímulos para despertar o interesse da aprendizagem pelos educandos.		
Unidades de Registros (UR)	Descrição das Unidades de Registro	Frequência Relativa (%)
UR 1 Conteúdos	Os conteúdos representam os saberes produzidos e sistematizados por uma criação dotada de sentido social enquanto conhecimento, expondo uma fatia de conhecimento provindo da cultura e que precisa ser ofertado como conteúdo ao educando, visando à sua adequação e aplicação, sendo esse, portanto, o conhecimento estabelecido. Faz-se necessário ainda que, além desse conhecimento já definido, persista, no procedimento destinado ao ensino e a aprendizagem, uma atenção constante quanto à obrigação do conhecimento, pois na natureza há fenômenos e relações que a capacidade humana ainda não conseguiu atingir. (FONSECA, 2019).	36%

<sup>2</sup>Qualis Preliminar 2019 não foi publicado oficialmente pela CAPES.

UR 2 Práticas Pedagógicas	Essa UR remete a uma integração dialógica que envolve o processo de ensino e de aprendizagem, por meio de práticas pedagógicas, que tem como principal objetivo auxiliar na formação integral do estudante. O aspecto educativo é alcançado a partir da formação de valores, aptidões sensitivas que reconhecem o indivíduo como ser social, entendendo a expansão de segurança, aspirações e outras características aliadas à cognição que irão facilitar o crescimento do saber, almejando ao final a formação do cidadão. A eficácia dos processos de ensino e de aprendizagem se enquadra na solução dada à internalização dos conhecimentos, à evolução intelectual e física do discente, à criação de sensibilidades, qualificações e valores, capazes de alcançar as ambições próprias e desejadas em cada grau educacional, de diferentes instituições, levando a uma condição transformadora, que facilite as práticas comuns, a solidariedade e convivência coletiva. A compreensão de que o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem representa uma ação lógica envolvendo a instrução e a educação, podendo ser reunida ao ideal de que semelhante distinção persiste entre a condição de ensinar e de aprender. Essa conexão induz a uma noção de que o ensino e a aprendizagem possuem um funcionamento sistematizado, composto por características efetivamente interligadas. Afirma-se deste modo que o resultado dos processos de ensino e de aprendizagem é o conhecimento.	15%
UR 3 Formação Cidadã	Para compreender o pensamento de lugar no ensino escolar, Cavalcanti (2005, p. 63) relaciona lugar e cidadania, especificando a cidade como “o lugar privilegiado do consumo”. De acordo com o entendimento da autora, o cidadão teria direito, na forma de produção capitalista, de consumir os lugares, isto é, se beneficiar deles, daquilo que eles podem ofertar para o espaço de vivência cotidiano. Sabe-se, contudo, que nem sempre é o que acontece.	9%
<b>Metatexto</b>		
<p>A primeira UR possui artigos que abordaram conteúdos específicos para ensinar a categoria espacial de território no ensino de Geografia, totalizam 36% das publicações nesta temática e em todos os trabalhos os conteúdos estão inseridos vertente da Cartografia, Epistemologia e Geografia Urbana.</p> <p>As práticas pedagógicas são fontes de incentivos aos educandos, promovendo e aprimorando o desenvolvimento qualitativo do ensino e da aprendizagem. O uso desses recursos no processo de ensino foi incorporado com o objetivo de ocupar os vazios deixados pelo ensino tradicional, dando aos estudantes a possibilidade de ampliar seus conhecimentos. Dos 35 artigos estudados, 15% deles abordaram a categoria espacial de território apontaram a utilização de algum recurso didático-pedagógico como forma de trabalhar esse conceito.</p> <p>O aspecto instrutivo representa um recurso destinado à formação de seres humanos e prontos para exercerem sua cidadania. Entende-se por cidadão crítico aquele que, diante de uma situação tida como complexa se mostre preparado para não apenas enfrentá-la, mas também solucioná-la. Sua capacidade intelectual deve estar em constante evolução e essa condição só se dará se ele for preparado com o benefício de atividades lógicas. Esta UR se refere à formação cidadã e possui 9% dos artigos analisados nesta pesquisa.</p>		

Fonte: O autor (2020).

Quadro 4: Categoria 2.

<b>Categoria: Políticas Educacionais (40%)</b>		
As políticas governamentais destinadas à educação básica Brasil possuem algumas singularidades, pois, podem ser representadas pela construção de um currículo instrumental ou de resultados imediatos, demarcado por um agrupamento de tópicos mínimos necessários ao trabalho, reunido ao currículo de convívio e apoio social, buscando a inserção no atendimento da diversidade social, almejando assim, a criação de um modelo de cidadania amparado na solidariedade e na redução das desordens sociais. Neste sentido, compõem-se nesta abordagem, também, as mais variadas modalidades de educação, além do próprio ensino regular.		
<b>Unidades de Registros (UR)</b>	<b>Descrição das Unidades de Registro</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
UR 1 Currículo	O currículo representa um dos meios mais significativos, já que é o ponto em que podem ser reunidos saber e poder; representação e domínio; argumentação e regulação. É nele que são reunidas as relações de poder, extremamente relevantes no desenvolvimento de criação das abstrações sociais. Afirma-se, deste modo, que	20%

	currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente atrelados. O currículo corporifica relações sociais (SILVA, 1996).	
UR 2 Modalidades de Educação	Referente às modalidades de educação, encontrou-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/96, em seu art. 21, as definições e classificações, sendo: O Título V, com referência aos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, discorre sobre a Educação Básica (Cap. II), englobando a Educação Infantil (Seção II), o Ensino Fundamental (Seção III), o Ensino Médio (Seção IV), e a Educação de Jovens e Adultos (Seção IV). O Título V ainda trata sobre a Educação Profissional (Capítulo III), a Educação Especial (Cap. V). A estrutura composta pela organização da educação no Brasil, se completa com o Título III, dispendo sobre as Disposições Gerais. O mesmo possui diversos dispositivos direcionados à Educação Indígena e à Educação a Distância.	11%
UR 3 Livro Didático	Os livros didáticos propostos ao ensino da leitura e da escrita permeiam o cenário brasileiro desde o século XIX. Com o transcorrer de todos esses anos, esses subsídios passaram a receber diferentes considerações relacionadas ao ensino e aprendizagem, e de modo simultâneo, reproduzindo expressões relevantes visando à compreensão da educação nacional. Faz-se importante a informação de que por muitos anos esse material foi pouco aproveitado. Apesar dessa situação no início, os livros e os manuais didáticos continuam compondo as atividades de ensino nas escolas, sabendo-se que em diversas situações esses materiais representam a maior fonte de orientação à prática docente. (FONSECA, 2019)	9%
<b>Metatexto</b>		
<p>Pelo fato de que o currículo escolar influencia positivamente na formação e crescimento educacional de educadores e de educandos, pode-se afirmar que a ideologia, cultura e poder nele representados são elementos fundamentais no resultado educacional a ser desenvolvido. É necessário ter em consideração que o currículo remete a uma realidade histórica, cultural e socialmente estabelecida, favorecendo grandemente para as ações didáticas e administrativas que validam sua prática e sua teorização. Deste modo, entende-se que a preparação de um currículo é, certamente, um crescimento social no qual caminham reunidos os agentes lógicos, epistemológicos, intelectuais e mediadores sociais, como poder, benefícios, discórdias simbólicas e culturais, projetos de predominância voltados às causas envolvendo classe, raça, etnia e gênero (SANTOS; CASALI, 2009). Dos 35 artigos que abordaram a categoria espacial de território, 20% estão classificados nesta UR</p> <p>Quanto à UR que classifica as modalidades da educação, torna-se relevante a informação de que o panorama relativo à qualificação da educação no Brasil não se acha limitado ao incluso no Título V, da LDBEN nº 9.394/96, que apresenta essa denominação. Poderia se pensar, portanto, tratar-se de uma apresentação formal, uma definição da organização, valorizando as esferas de capacidade dos envolvidos à própria organização. Entretanto, ao se considerar a presença desta temática em pesquisas voltadas para a categoria espacial de território se tem 8% das publicações. No geral, são artigos que debatem a importância de se compreender o território nos espaços de aprendizagem, como Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>Ao tratar de livros didáticos os artigos presentes nesta UR (9%) abordam possibilidades para o uso deste material. O processo de escolha desse material é desde então resultado de uma avaliação aprofundada sob o prisma pedagógico e metodológico desenvolvido pelas políticas públicas compostas por equipes de especialistas das mais diferentes áreas dos saberes disciplinares.</p>		

**Fonte:** O autor (2020).

A conexão de forças sociais, tal como um campo de forças, ou, mesmo uma rede de ligações sociais, representa algo subordinado à configuração das forças inclusas na sociedade. Ao invés de ter sua origem em apenas uma instância da sociedade, conforme entendimento de Santos (2004, p. 177), o território passa a ser considerado um tanto mais ativo e consistentemente agregado aos indivíduos e categorias dessa sociedade.

Dessa forma, restringem-se os territórios e acresce a incidência de fatores territoriais. Suas mobilizações ocasionam o surgimento e o desaparecimento de territórios que já não se apresentam

como necessariamente contínuos, não equivalendo a grandezas físicas, não estando sujeitos de modo exclusivo ao poder governamental ou apenas a uma fonte de poder.

Reconhecer a fração menor, o âmbito da atividade, o local experimentado, o *lócus* do cotidiano como contornos territoriais, representa uma inclinação que se opõe à grande parte da tradição que envolve as grandes escolas geográficas, mesmo admitindo a grandeza metodológica direcionada ao observador.

### Considerações Finais

A pesquisa relacionada ao campo do ensino de Geografia indica também a grandeza que representa o sentido da sala de aula como sendo o espaço adequado para se (re)pensar, refletir e agir em prol da busca da autonomia e da própria justiça social para o estudante, que pode se emancipar como sujeito crítico a partir do conhecimento escolar, demonstrando, portanto, a relevância da Geografia escolar como sendo o meio mais indicado para a construção da cidadania. Destarte a importância das pesquisas voltadas para o Ensino de Geografia.

Este artigo almejou a elaboração de um cenário das explanações acerca da categoria espacial de território, com base na produção de geógrafos contemporâneos, que pudessem auxiliar na conquista de novas ponderações teóricas relacionadas a essa temática, bem como, demonstrar de forma quali-quantitativa a forma como esse conceito é trabalhado em pesquisas referentes ao ensino de Geografia. O grande número de definições obtidas possibilitou o planejamento de um percurso possível para o conhecimento de território, estando contido o avanço histórico e o caráter de mutabilidade que o acompanha.

Considerando a análise dos textos publicados, base desta investigação, o Ensino de Geografia tem vivido nos últimos anos mudanças transformadoras, não apenas se considerando os aspectos didáticos-pedagógicos, muitas vezes inovadores, mas, também, no que diz respeito aos conteúdos da Geografia escolar.

Por fim, no campo do ensino geográfico, o pensamento voltado ao território permaneceu por longo tempo meio que esquecido e só mais recentemente retomou as pautas com efetivo potencial para ajudar na descrição, explanação e avaliação social e espacial do espaço geográfico.

### Referências

- ANDRADE, M. C. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.  
BARDIN, L. *L'analyse de contenu*. 8ª édition corrigée. Paris: Presses Universitaires de France, 1977. 291 p.  
BRASIL. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, nº 248, 23 dez. 1996.



- CANDIOTTO, L. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- CAPES. *Qualis Periódicos*. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>. Acesso em: 27 jan 2017.
- CAVALCANTI, L. S. A. *Geografia e práticas de ensino*. Goiânia: Alternativa, 2005.
- FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXIII, nº. 79, p. 257-272, 2002.
- FONSECA, R L. O Estado da Arte das Pesquisas em Ensino de Geografia Publicadas em Periódicos Nacionais: perspectivas e tendências. *Caderno de Geografia* (PUCMG), v. 29 n. 59 (2019): Outubro a Dezembro de 2019.
- HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37-46.
- HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*. v. 9, n. 2, p. 191-211. 2003.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, A. R. J.; CASALI, A. M. D. Currículo e educação: origens, tendências e perspectivas na sociedade contemporânea. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, 12(2), 2009, 207-231.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma Geografia Crítica*. 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.
- SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- SILVA, T. T. da. *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.
- SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. Arq Mudi. *Anais...* Maringá, 2007.
- SPOSITO, Eliseu Savério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.